

ADMINISTRAÇÃO: CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS 2

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)



 **Atena**
Editora

Ano 2021

ADMINISTRAÇÃO:

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS 2

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)



 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Administração: ciência e tecnologia, estratégia, administração pública e estudos organizacionais 2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Clayton Robson Moreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A238 Administração: ciência e tecnologia, estratégia, administração pública e estudos organizacionais 2 / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-881-6

DOI 10.22533/at.ed.816210903

1. Administração. 2. Estratégia. I. Silva, Clayton Robson Moreira da (Organizador). II. Título.

CDD 658

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O livro “Administração: Ciência e Tecnologia, Estratégia, Administração Pública e Estudos Organizacionais” é uma obra publicada pela Atena Editora e divide-se em dois volumes. Este segundo volume reúne um conjunto de vinte e sete capítulos, em que são abordados diferentes temas que permeiam o campo da administração. Compreender os fenômenos organizacionais é o caminho para o avanço e a consolidação da ciência da administração, possibilitando a construção de um arcabouço teórico robusto e útil para que gestores possam delinear estratégias e tomar decisões eficazes do ponto de vista gerencial, contribuindo para a geração de valor nas organizações.

Nesse contexto, compreendendo a pertinência e avanço dos temas aqui abordados, este livro emerge como uma fonte de pesquisa rica e diversificada, que explora a administração em suas diferentes faces, uma vez que concentra estudos desenvolvidos em diferentes contextos organizacionais. Assim, sugiro esta leitura àqueles que desejam expandir seus conhecimentos por meio de um material especializado, que contempla um amplo panorama sobre as tendências de pesquisa e aplicação da ciência administrativa.

Além disso, ressalta-se que este livro visa ampliar o debate acadêmico, conduzindo docentes, pesquisadores, estudantes, gestores e demais profissionais à reflexão sobre os diferentes temas que se desenvolvem no âmbito da administração. Finalmente, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados pelos autores em seus estudos.

Boa leitura!

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A EVOLUÇÃO DO CAMPO DO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

Nairana Radtke Caneppele

Enise Barth

Luiz Cláudio Dib Binato

DOI 10.22533/at.ed.8162109031

CAPÍTULO 2..... 22

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE COMPORTAMENTOS ÉTICOS ORGANIZACIONAIS NA EMPRESA BRISANET TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Josefa Marina Candido de Lima

Karidja Kiria Nascimento Rocha

DOI 10.22533/at.ed.8162109032

CAPÍTULO 3..... 36

A INFLUÊNCIA DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E DA SATISFAÇÃO NO TRABALHO NO COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL

Larissa Dantas Guimarães

DOI 10.22533/at.ed.8162109033

CAPÍTULO 4..... 58

LIDERANÇA E COMUNICAÇÃO: A INTELIGÊNCIA EMOCIONAL DO LÍDER COMO DIFERENCIAL NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL

Viviane Lemes da Rosa

DOI 10.22533/at.ed.8162109034

CAPÍTULO 5..... 73

CULTURA DE APRENDIZAGEM E ESTILO DE LIDERANÇA: UMA ANÁLISE DE FATORES QUE INFLUENCIAM A APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL

Katia Cyrlene de Araujo Vasconcelos

Leonardo Quintas Rocha

Ariana Marchezi de Souza

DOI 10.22533/at.ed.8162109035

CAPÍTULO 6..... 95

RISCOS DE ADOECIMENTO MENTAL: ESTUDO COM PRESBÍTEROS A LUZ DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO

Jaqueline dos Santos Teles

Luciano Zille Pereira

DOI 10.22533/at.ed.8162109036

CAPÍTULO 7..... 106

MENSURAÇÃO DA CULTURA DE SEGURANÇA EM AEROPORTOS

Wilson Rocha Gomes

DOI 10.22533/at.ed.8162109037

CAPÍTULO 8	122
DESEMPENHO OPERACIONAL DOS PORTOS ORGANIZADOS BRASILEIROS	
Andreia Coutinho e Silva	
Arilda Magna Campagnaro Teixeira	
Flavia Nico Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.8162109038	
CAPÍTULO 9	133
GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS: ANÁLISE DE UMA EMPRESA BRASILEIRA DE SANEAMENTO BÁSICO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA	
Bruno Bittencourt Braz Antunes	
Raquel Ramos Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.8162109039	
CAPÍTULO 10	150
SUPPLY CHAIN (SC) EM STARTUPS: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA INTERNACIONAL	
Zílio Sartori Junior	
Eduardo Kunzel Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.81621090310	
CAPÍTULO 11	165
FULFILLMENT – VANTAGEM COMPETITIVA NA LOGÍSTICA INTEGRADA	
Suelen Sobral Santos	
Indira Coelho de Souza	
Leonardo do Espirito Santo	
DOI 10.22533/at.ed.81621090311	
CAPÍTULO 12	176
O USO DA MATRIZ DE EISENHOWER PARA A ORGANIZAÇÃO DE ATIVIDADES E TAREFAS NA EMPRESA	
Ivan Lima Bandeira	
Almir Gabriel da Silva Fonseca	
Joiciane Rodrigues de Sousa	
Luzia Rodrigues de Macedo	
Itamara Lima Matos	
Francisco Antônio Gonçalves de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.81621090312	
CAPÍTULO 13	183
EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO: UM ESTUDO COM AS EMPRESAS LISTADAS NO ISE DA B3	
Thayse Santos da Cruz	
Sônia Maria da Silva Gomes	
Jose Maria Dias Filho	
Neylane dos Santos Oliveira	
Nverson da Cruz Oliveira	

José Venâncio Ferreira Neto
Erisson Souza Barreto da Cruz
DOI 10.22533/at.ed.81621090313

CAPÍTULO 14.....201

GESTÃO FINANCEIRA HOSPITALAR: OPORTUNIZANDO MELHORIAS

Pamela Nery do Lago
Camila Ferreira Corrêa
Flávia Cristina Duarte Silva
Ira Caroline de Carvalho Sipoli
Luciana Moreira Batista
Marlene Simões e Silva
Diego Leite Cutrim
Diélig Teixeira
Glauber Marcelo Dantas Seixas
Odaléa Larissa dos Santos Neves
Samuel Oliveira da Vera
Susi dos Santos Barreto de Souza
DOI 10.22533/at.ed.81621090314

CAPÍTULO 15.....208

ESTUDO SOBRE O PERFIL DE INVESTIMENTOS DOS MUNÍCIPIES DE MARMELEIRO – PR

Andressa Bender
Gustavo Henrique Rudnick
Robson de Faria Silva
DOI 10.22533/at.ed.81621090315

CAPÍTULO 16.....223

EFEITO DA CORRUPÇÃO SOBRE O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO

Elias Pereira Lopes Júnior
Karoline Teixeira de Sousa
Hércules Pio da Silva
DOI 10.22533/at.ed.81621090316

CAPÍTULO 17.....239

CUSTOS DA PRODUÇÃO DE OVINOS EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Roni Simão
Gilmar Batista Mazurek
Dierone César Foltran Júnior
Marcos Vinicius Ribas Milléo
DOI 10.22533/at.ed.81621090317

CAPÍTULO 18.....254

TRABALHO FORMAL DA AGROINDÚSTRIA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL: REGIÃO CENTRO SUL, SÃO PAULO E BRASIL

Bruna Costa de Paula
Amanda Rezzieri Marchezini

Adriana Estela Sanjuan Montebello
Jerônimo Alves dos Santos
Marta Cristina Marjotta-Maistro
DOI 10.22533/at.ed.81621090318

CAPÍTULO 19.....270

MARCAS REGIONAIS DE LATICÍNIOS: UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO DE VALOR DO CONSUMIDOR DE PARNAÍBA – PI

Fernanda Umbelina do Nascimento
Mara Águida Porfírio Moura
Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva

DOI 10.22533/at.ed.81621090319

CAPÍTULO 20.....287

O AMBIENTE NAS EXPERIÊNCIAS DE CONSUMO DE LUXO: O IMPORTANTE É TER CHARME!

Diego Ribeiro Feitosa
Maria de Lourdes de Azevedo Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.81621090320

CAPÍTULO 21.....302

O MODELO SLOW FASHION DE PRODUÇÃO DE VESTUÁRIO: ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NO PERÍODO DE 2008 A 2016

Marcia Meira Berti Fiorin
Alyne Sehnem

DOI 10.22533/at.ed.81621090321

CAPÍTULO 22.....315

CRIAÇÃO DE VALOR COMPARTILHADO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Keully Cristynne Aquino Diógenes
Sérgio Henrique Arruda Cavalcante Forte

DOI 10.22533/at.ed.81621090322

CAPÍTULO 23.....329

DINÂMICA DO MERCADO IMOBILIÁRIO NO EIXO DA RODOVIA EMANUEL PINHEIRO EM CUIABÁ-MT

Aléxia Gabrielle Pinheiro Oliveira
Sônia Regina Romancini

DOI 10.22533/at.ed.81621090323

CAPÍTULO 24.....341

II SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E GOVERNANÇA DE TERRAS REGISTRO

José de Arimatéia Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.81621090324

CAPÍTULO 25	357
A IMPORTÂNCIA DAS NOVAS TECNOLOGIAS PARA AS ORGANIZAÇÕES: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA	
Fernanda Gomes de Lima	
Priscilla de Lima Alves	
Sheise Anne Cruz	
Wanilce do Socorro Pimentel do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.81621090325	
CAPÍTULO 26	369
TOWARDS A SERVICE INNOVATION CAPABILITIES MODEL	
Rafael Toassi Crispim	
Paulo Antônio Zawislak	
DOI 10.22533/at.ed.81621090326	
CAPÍTULO 27	389
PROJETOS PÚBLICOS PARA INCLUSÃO DIGITAL DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL	
Aline Cristina Helfenstein	
Débora Fernandes de Souza Mendes	
Douglas Fernando Batista Neis	
Elielza Camargo Souza	
Flávio de São Pedro Filho	
Rafael Vicente Martins dos Reis	
Ronaldo Helfenstein	
DOI 10.22533/at.ed.81621090327	
SOBRE O ORGANIZADOR	409
ÍNDICE REMISSIVO	410

EFEITO DA CORRUPÇÃO SOBRE O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO

Data de aceite: 01/03/2021

Elias Pereira Lopes Júnior

<http://lattes.cnpq.br/2819565797648735>

Karoline Teixeira de Sousa

<http://lattes.cnpq.br/2703557803701862>

Hércules Pio da Silva

<http://lattes.cnpq.br/9672304141949810>

RESUMO: O Investimento Estrangeiro Direto (IED) é um elemento que pode promover o crescimento do país que receberá o recurso. Um fator que pode influenciar a decisão dos investidores e estrangeiros a escolherem o país na qual vão investir é o ambiente de governança do país anfitrião. A partir dessa lógica, este estudo analisou a influência da corrupção na atração de Investimento Estrangeiro Direto. Foram coletados dados de 184 países entre os anos de 2002 a 2016. Foi utilizada a técnica de Dados em Painel com efeito fixo, utilizando duas variáveis para representar a corrupção (Controle da Corrupção e Corrupção) e nove variáveis de controle (Tamanho do Mercado, Investimento Doméstico, Infraestrutura, Taxa de Juros, Abertura, Força de Trabalho, Crescimento do PIB, Doações de Recursos e Qualidade das Instituições). O modelo proposto mostrou que uma elevada corrupção (*Corruption*) afeta negativamente o fluxo de IED. Além disso, as variáveis de controle que permaneceram no modelo foram Investimento Doméstico, Taxa

de Juros, Força de Trabalho e Crescimento do PIB. Os formuladores de políticas devem ter consciência de que o ambiente político é um fator crucial para o fluxo de IED e as políticas devem ser estruturadas adequadamente para atender aos requisitos básicos da atração de investimentos e, portanto, do crescimento econômico em geral.

PALAVRAS - CHAVE: Investimento Estrangeiro Direto. Corrupção. Países

ABSTRACT: Foreign Direct Investment (FDI) can promote the growth of the country that will receive the resource and the governance environment of the host country is one of the factors that influence the decision of investors and foreigners. Based on this logic, this study analyzed the influence of corruption in attracting Foreign Direct Investment. Data from 184 countries were collected between the years 2002 to 2016. The Panel Data technique was used, using two variables to represent corruption (Corruption and Corruption Control) and nine control variables (Market Size, Home Investment, Infrastructure, Rate Interest, Openness, Workforce, GDP Growth, Donations of Resources and Quality of Institutions). The proposed model showed that high corruption (Corruption) adversely affects the flow of FDI. In addition, the control variables that remained in the model were Domestic Investment, Interest Rate, Labor Force and GDP Growth. Policy makers must be aware that the political environment is a critical factor for the flow of FDI and policies must be properly structured to meet the basic requirements of attracting investment and, therefore, of economic growth in general.

KEYWORDS: Foreign Direct Investment. Corruption. Countries.

1 | INTRODUÇÃO

A globalização, aliada à internacionalização das transações comerciais, proporciona um cenário de amplas possibilidades para os investimentos dos poupadores em uma economia. O desenvolvimento tecnológico potencializou o comércio internacional, tornando-se uma considerável ferramenta na conexão entre os países do mundo, formando uma rede de relacionamentos entre as nações que buscam o desenvolvimento de programas e a promoção de ações voltadas para a prosperidade do cenário internacional, sob os aspectos sociais, econômicos, políticos e ambientais.

As movimentações financeiras têm direcionado seu foco para o Investimento Estrangeiro Direto (IED), que se tornou uma modalidade de aplicação de recursos bastante visada nas transações comerciais (IAMSIRAROJ, 2016; BHATTARAI, 2016; TIAN, 2018). Os investidores, que podem ser pessoas ou corporações, reconhecem as empresas de fora de seu país como uma alternativa de investimento de alta rentabilidade.

Existem algumas razões mais fundamentais que apoiam a atratividade do IED, como tecnologia avançada, habilidades, pesquisa e desenvolvimento (P&D) e *know-how*. O IED também pode ajudar a acessar mercados estrangeiros quando os países anfitriões são usados como plataforma de exportação para distribuir produtos na região. Portanto, o IED parece oferecer boas características, variando entre um alto grau de estabilidade, aumento de recursos financeiros, efeitos positivos na produtividade e acesso ao mercado externo (IAMSIRAROJ, 2016).

O IED é influenciado pela confiança dos investidores, que se refere basicamente à percepção dos investidores em relação às políticas fiscais e monetárias do governo, bem como às estabilidades macroeconômicas de um país (DUNNING, 2002, ACEMOGLU; JOHNSON, 2005). De fato, ninguém sente interesse em investir em um país onde brechas institucionais incentivam a corrupção, a burocracia aumenta o custo de transação do investimento e onde o governo pode expropriar investimentos (BOUCHOUCHA; YAHYAOU, 2019).

O Fórum Econômico Mundial (2019) estima que o custo da corrupção seja de US\$ 2,6 trilhões, o que equivale a mais de 5% do PIB global, e que a corrupção aumenta o custo de fazer negócios em até 10%. Portanto, existem boas razões para governos e empresas aumentarem a luta contra a corrupção. Nesse contexto, sabendo que altos níveis de corrupção tem um impacto negativo na atração de investimentos (WEI, 2000; VITTAL, 2001; WEITZEL; BERNS, 2006; BARASSI; ZHOU, 2012; MENGISTU; ADHIKARY, 2019), o presente trabalho tem como objetivo analisar a influência da corrupção na atração de Investimento Estrangeiro Direto.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Corrupção

Dentre as várias definições literárias sobre a corrupção, é notável que não existe um consenso entre os autores, porém, em termos gerais ela abrange os conceitos amplos como o mau uso de poder público para obtenção de vantagens em benefícios próprios e a decadência da moral. Quando se pensa em corrupção reflete-se sobre os valores éticos, morais, padrões de conduta e comportamento de um cidadão e espera-se, principalmente de figuras públicas, como políticos e empresários a transparência, a honra pessoal e a honestidade (SHLEIFER; VISHNY, 1994).

Apesar de ser um tema que na última década tem sido bastante abordado tanto na mídia brasileira quanto na mídia mundial, a corrupção possui raízes profundas e em vários momentos do cenário brasileiro ela ocupou um lugar nos debates políticos (WEBER, 2006, p.2). Os agentes públicos e os empresários agem de maneira racional quando houver um incentivo para a prática do ato, ou seja, levam em consideração o risco de serem descobertos e punidos, além do tamanho da punição, e cometem o ato de corrupção quando esses riscos forem menores que o benefício adquirido (ROSE-ACKERMAN, 2002). As práticas corruptas têm profundas raízes, entretanto, atualmente elas têm recebido um grau de atenção maior em relação ao passado, levando a entender que nos dias atuais o grau de corrupção se elevou (WILHELM, 2001).

Para Brei (1996, p.65), o “fenômeno pode ser observado numa gradação quase infinita”. Seguindo essa linha de pensamento, a corrupção acontece a partir de pequenas ações e de simples mudança de comportamento, como o suborno para a aquisição de forma mais rápida aos benefícios legalmente previstos, e se estende a uma total impunidade de crimes organizados por partes das várias áreas e níveis governamentais. Para Filgueiras (2009), o ato corrupto pode ser explicado como uma má conduta característica de uma estrutura social de tipo tradicional, que no contexto da modernidade pode gerar instabilidade no plano político e econômico. O estudo de Rose-Ackerman (2006) aponta que a má governança e a desigualdade são variáveis que influenciam fortemente o alto nível de corrupção, assim como países com maior fragmentação etnolinguística.

A corrupção representa um ônus insustentável para economias que estão em busca de um patamar competitivo, já que pode impedir o combate à pobreza, dificultar o desenvolvimento econômico e social e condenar amplos contingentes populacionais a condições de miséria (RIBEIRO, 2001). Portanto, a corrupção não é um mal que assola apenas países de terceiro mundo ou em estágio de desenvolvimento. O ato corrupto se apresenta em toda e qualquer sociedade organizada, contudo, quanto mais bem organizada é a sociedade, mais hábil ela será no enfrentamento ou na repressão da corrupção.

Segundo Teixeira (2006, p.39), “o termo corrupção é empregado em distintos sentidos, podendo ser identificado quando há uso de bens públicos para ganhos privados”.

O termo também é usado como sinônimo de suborno, extorsão, tráfico de influência, nepotismo, fraude, uso de propina ou desvio de fundos públicos. Apesar de ser mais relacionado ao setor público, o ato corrupto também contamina o setor privado, sendo um problema complexo cujos efeitos são sociais, políticos e econômicos e seus impactos afetam todos os aspectos da sociedade.

Todavia, a corrupção também pode ser interpretada como benéfica quando pode agilizar a burocracia, tornando mais rápida a emissão de documentos e autorizações formais por parte do Estado (FILGUEIRAS, 2009; FURTADO, 2012). Esse pensamento também é compartilhado por Schwartzman (2008, p. 7), quando afirma que nos anos 60 o suborno era visto como um “lubrificante” para as transações econômicas. O pagamento de suborno a determinadas autoridades para conseguir contratos e autorizações era um comportamento para tornar a atividade econômica mais fluida.

Porém, essa teoria se contrapõe a ideia de outros autores, como Rose-Ackerman (1999), que preconiza a corrupção como “areia”, na qual apesar de poder facilitar a realização de negócios específicos, ela reduz a transparência dos mercados, impede a competição por eficiência e resultados e termina gerando ineficiências para a economia e a sociedade como um todo. Para Gray e Kaufmann (1998), a corrupção se constitui no maior obstáculo ao desenvolvimento econômico e crescimento das nações.

A corrupção pode representar um desperdício no uso dos recursos e uma prática que atrapalha o desenvolvimento do comércio, tendo em vista que os recursos poderiam ser investidos de maneira mais eficiente (DUTTA; SOBEL, 2016). Mauro (1996), um dos pioneiros nas análises tipo *cross-section* para medir os efeitos do crescimento econômico diante da corrupção, mostrou que os atos corruptos afetam diretamente a redução dos incentivos ao investimento e as perdas de arrecadação tributária.

No campo público, a corrupção política pode ser considerada como abuso de poder, cargos ou recursos por governantes para ganho pessoal (SVENSSON, 2005). A corrupção pública ocorre quando um empregado, eleito ou não, usa de seus privilégios no governo para obter benefícios privados. Esse tipo de corrupção indica uma transgressão às regras e regulamentações das transações econômicas em uma sociedade (KAUFMANN; KRAAY; MASTRUZZI, 2004).

2.2 Investimento Estrangeiro Direto

O Investimento Estrangeiro Direto (IED) é compreendido como uma movimentação financeira realizada por pessoas física e/ou jurídica em um país do exterior, onde o propósito no geral é o investimento para o crescimento do empreendimento que recebe este aporte. O “investimento estrangeiro” pode ser conceituado como a “transferência de fundos ou materiais de um Estado (chamado de ‘país exportador de capital’) para outro (chamado de ‘país receptor’) em troca de uma participação direta ou indireta no empreendimento” (SORNARAJAH, 2010, p. 08). O referido autor ainda conceitua o Investimento Estrangeiro

de Portfólio, o qual está relacionado a transação monetária com o objetivo de aquisição de ações, no entanto não apresenta pretensão de incorporação à gestão da empresa, direcionando os investimentos apenas para a especulação com rendimentos de curto prazo.

O IED pode ser destinado para obter controle, ainda que não seja na sua totalidade, sobre empresas no exterior, o que pressupõe um investimento cuja remuneração do capital aportado será de longo prazo. O Investimento Estrangeiro Direto também pode ser uma estratégia dos países para beneficiarem-se por meio do lançamento de suas empresas transnacionais em novos mercados (VIND, 2008; PEZZI; TRICHES, 2009).

A relação de IED está ligada a uma empresa matriz e uma filial estrangeira, as quais o conjunto formam uma empresa multinacional. De acordo com a UNCTAD (2004), a matriz precisa ter controle sobre sua filial com prosperidade de pelo menos 10% ou mais das ações ordinárias ou do direito a voto de uma empresa de capital aberto. De acordo com a definição do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), o investimento estrangeiro direto (IED) ocorre quando é mantida participação societária duradoura na gestão de empreendimento em economia diversa do investidor.

Com o forte crescimento do fluxo global de IED, cresce a discussão sobre os potenciais benefícios econômicos e/ou bem-estar dos países receptores. O Investimento Estrangeiro Direto traz vários benefícios ao país, dentre eles: geração de empregos, desenvolvimento da infraestrutura, transferência de tecnologia, transferência de competência e desenvolvimento. Os IEDs são benéficos para o país hospedeiro não apenas pela geração de emprego e pelo crescimento do produto e/ou renda, mas também porque geralmente implicam na transferência de conhecimento e tecnologia (GHEBRIHIWET; MOTCHENKOVA, 2017; ŠUŠTERŠIČ; KEJŽAR, 2020).

Pode-se mencionar que a conjuntura político-cultural do país é forte alvo de constantes análises realizadas pelos investidores, pois os mesmos esperam políticas governamentais eficientes na redução dos índices de corrupção, garantindo uma concorrência justa e transparente, influenciada apenas pelas leis de mercado. Além disso, aspectos macroeconômicos como inflação, taxa de desemprego e endividamento externo são atrativos para os Investimentos Estrangeiros Diretos, que necessitam de políticas governamentais específicas capazes de promover o equilíbrio macroeconômico necessário para o mercado de investidores (MUDAMBI; NAVARRA, 2002)

Cooter (2006) analisou os investimentos estrangeiros diretos sob a ótica de uma relação de confiança entre a empresa e o investidor, haja vista que a empresa desenvolve seus produtos e serviços esperando os recursos oriundos de investimentos, enquanto o investidor reserva seus capitais para investir, pois acredita que a empresa irá desenvolver produtos e serviços a serem consumidos pelo mercado, gerando uma relação de ganha-ganha entre ambos. Tal pensamento ratifica os trabalhos de Nonnenberg e Mendonça (2004), os quais acreditam que o fluxo de internacional de capitais é condicionado por fatores que compõem o contexto econômico e social do país.

Diante de um cenário econômico globalizado e da mobilidade de instalações das empresas nos países, têm-se diversificado as oportunidades para que os investidores apliquem seus recursos. Desse modo, os aspectos institucionais são fatores determinantes para que tais aplicadores de capital destinem suas rendas, de forma que obtenham baixos custos, alta produtividade e retorno financeiro garantido. Logo, as políticas públicas administrativas e o sistema jurídico podem ser determinantes para a escolha do melhor país a receber investimentos (AMAL; SEABRA, 2007).

Mudambi e Navarra (2002) complementam que instabilidades no ambiente institucional geram incertezas aos investidores, os quais sentem-se desencorajados para investir. Seguindo tal perspectiva, a ineficiência do governo no que tange políticas públicas de garantia a propriedade intelectual ou do cumprimento da legislação em geral potencializam tal incerteza (PAPAGEORGIADIS *et al*, 2020). Algumas pesquisas apontam que há uma relação entre a qualidade das instituições com o volume de investimentos que o país recebe. Tal pensamento é ratificado por Daude e Stein (2007), ao cruzarem os índices de IED e governança pública, assegurando que a qualidade das instituições possui efeitos positivos sobre o IED. O referido estudo coaduna com os achados de Dunning e Lundan (2008), em que afirmam que a boa governança ajuda a atrair o IED, enquanto a má o repele.

Outros estudos analisaram a relação entre a percepção de corrupção de um país e os índices de Investimentos Estrangeiros Diretos que recebem. O trabalho de Wei (2001) aponta que um país visto como corrupto tende a apresentar retrações e fugas no IED. Conforme Weitzel e Berns (2006), a corrupção do país anfitrião está associada negativamente aos prêmios-alvo, depois de corrigir outros fatores relacionados à governança, como estabilidade política, sistemas legais e padrões de divulgação financeira.

O estudo de Barassi e Zhou (2012) mostrou que a corrupção exerce um efeito negativo na atração de IED e implica que não apenas a corrupção pode afetar negativamente a probabilidade de IED no nível individual da empresa, mas também pode afetar as escolhas de IDE das MNEs no nível agregado.

Mauro (1996) explica que a corrupção contribui para a instabilidade, baixo crescimento econômico e conseqüentemente reduz a atratividade de tal país perante o mercado de investidores. Em alguns contextos, a tentativa de redução da burocracia exige a prática de suborno para a concessão de licenças e, mesmo agilizando alguns procedimentos institucionais, os investidores consideram esse procedimento como uma “tributação extra”, ocasionando a inibição de alguns IEDs (WEI, 2001).

3 | METODOLOGIA

Para analisar a influência da corrupção na atração, pelos países, de Investimento Estrangeiro Direto (IED), este estudo foi classificado como descritivo e quantitativo. Para

tanto, foi utilizada a técnica de Dados em Painel com efeito fixo. Os dados foram obtidos em diversas bases de dados e foram desde 2002, que foi quando algumas variáveis começaram a divulgar os dados, a 2016, em virtude de algumas variáveis ainda não terem divulgado dados mais recentes. Foram coletados dados de 184 países, abrangendo todos os continentes. O modelo de dados em painel adotado nessa pesquisa consiste em acompanhar os mesmos países ao longo do tempo e é não balanceado, ou seja, algumas observações não possuem informações em todos os anos.

A variável dependente foi o Investimento Estrangeiro Direto (*Foreign direct investment, net inflows*), obtida por meio da base de dados do Banco Mundial. As variáveis independentes foram Controle da Corrupção (*Control of Corruption*) e Corrupção (*Corruption*), obtidas nas bases *Worldwide Governance Indicators* (WGI) e *International Country Risk Guide* (ICRG), respectivamente. O modelo utilizado pode ser escrito da seguinte forma:

$$IEDit = \alpha_i + \Psi t + \beta_1 \text{Corrupção} + \beta_2 \text{Controle} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Onde:

IEDit: Investimento Estrangeiro Direto.

α_i : Efeito fixo de países.

Ψt : Efeito fixo de tempo.

β_1 Corrupção: Variáveis de corrupção (Controle da Corrupção e Corrupção).

β_2 Controle: Variáveis de controle.

ε_{it} : Refere-se ao termo de erro aleatório.

No caso da medida do Controle da Corrupção, os valores do indicador variam de -2,5 a 2,5, quanto menor o valor, maior o uso do poder público para ganhos privados. Por outro lado, para valores mais altos, menor a corrupção. A variável Corrupção, por sua vez, é uma avaliação da corrupção dentro do sistema político. Tal corrupção distorce a conjuntura econômica e financeira dos países e reduz a eficiência do governo, permitindo que as pessoas assumam posições de poder através de patrocínio em vez de capacidade. O indicador varia de zero (ambientes mais corruptos) a 6 (ambientes menos corruptos).

Alguns estudos já analisaram a relação entre corrupção e IED (WEI, 2000; VITTAL, 2001; WEITZEL; BERNS, 2006; BARASSI; ZHOU, 2012; MENGISTU; ADHIKARY, 2019), comprovando que uma elevada corrupção pode afetar negativamente o fluxo de IED. Como o IED também pode ser atraído por outros fatores, foram adicionadas outras variáveis de controle. A primeira variável de controle foi o tamanho do mercado (medida pelo PIB, que foi obtido da base de dados do Banco Mundial) e ela foi utilizada porque países que possuem um mercado maior podem proporcionar um crescimento mais rápido. O PIB já vem sendo utilizado por muitos estudos como uma medida de tamanho do mercado (CHAKRABARTI, 2001; RAMIREZ, 2006; ADHIKARY; MENGISTU, 2008; MENGISTU; ADHIKARY, 2019;

BOUCHOUCHA; YAHYAOU, 2019).

Como medida de controle também se utilizou o investimento doméstico (medido pela variável *Gross fixed capital formation (% of GDP)*, obtida na base de dados do Banco Mundial). A ideia é que o IED pode ser complementar ao investimento doméstico por meio do trabalho conjunto na forma de *joint ventures* (MOOSA; CARDAK, 2006; MENGISTU; ADHIKARY, 2019). Outra variável de controle foi a infraestrutura (medida pela variável *number of telephones per 1000 people*, obtida na base de dados do Banco Mundial). Alguns estudos já comprovaram que uma boa infraestrutura (serviço de telecomunicação, estradas, fontes de energia e saúde) é relacionada com melhores fluxos de IED (CANNING; BENNATHAN, 2000; SACHS *et al.*, 2004; ANG, 2008; BOUCHOUCHA; YAHYAOU, 2019).

A taxa de juros (obtida pela variável *interest rate*, oriunda da base de dados do Banco Mundial) pode ser relacionada com o IED porque uma alta taxa de empréstimo representa um alto custo de capital para empreendedores e pode desencorajar potenciais atividades de negócios (HERRERO; SIMÓN, 2003; SIDDIQUI; AUMEBOONSUKE, 2014). Portanto, seguindo Bouchoucha e Yahyaoui (2019), uma alta taxa de empréstimos no país anfitrião pode motivar os estrangeiros a fornecer capital, uma vez que geralmente possuem capital de baixo custo. Isso implica ainda que *joint ventures* internacionais podem ser realizadas facilmente com países que têm escassez de capital de baixo custo.

Outra medida de controle utilizada foi a abertura, medida pela variável *trade (% of GDP)*, que pode ser encontrada na base de dados do Banco Mundial. Nesse caso, alguns estudos já mostraram a relação positiva entre o grau de abertura dos mercados dos países e o IED (SIN; LEUNG, 2001; MOOSA; CARDAK, 2006; ANG, 2008; BOUCHOUCHA; YAHYAOU, 2019). A força de trabalho também pode ser um atrativo para o IED (AZIZ; MAKKAWI, 2012). Seguindo o estudo de Bouchoucha e Yahyaoui (2019), essa pesquisa utilizou a população total (variável *total population* do Banco Mundial) para medir a força de trabalho dos países.

O crescimento do PIB também pode ser um fator de atração de investimentos para o país (FAN *et al.*, 2007). Uma taxa de crescimento estável do PIB representa solidez e estabilidade das políticas econômicas e eficácia das instituições governamentais, que são fatores levados em consideração em transações internacionais. Para esse estudo, o crescimento do PIB foi medido pela variável *GDP growth* do Banco Mundial. As doações de recursos naturais também foram analisadas nesse estudo. Em geral, as relações entre dotação de recursos naturais e entradas de IED devem ser positivas, uma vez que a abundância de tais recursos motiva as empresas estrangeiras a se envolverem em vários setores. Para esse estudo, foi utilizada a variável *arable land ratio to total land* do Banco Mundial.

A qualidade das instituições pode ter importância na atração de IED, visto que a boa infraestrutura de governança desempenha um papel central (por exemplo, maior produtividade) na atração de investimentos estrangeiros (MISHRA; DALY, 2007; AZIZ,

2018). A qualidade das instituições foi medida por meio da variável *bureaucracy quality*, oriunda da base *International Country Risk Guide* (ICRG). As variáveis utilizadas no estudo, bem como suas fontes estão sumarizadas no Quadro 1.

Variável	Tipo	Indicador	Fonte
Investimento Estrangeiro Direto	Dependente	<i>Foreign direct investment, net inflows*</i>	Banco Mundial
Controle da Corrupção	Independente	<i>Control of Corruption</i>	<i>Worldwide Governance Indicators (WGI)</i>
Corrupção	Independente	<i>Corruption</i>	<i>International Country Risk Guide (ICRG)</i>
Tamanho do Mercado	Controle	GDP (<i>current US\$</i>)*	Banco Mundial
Investimento Doméstico	Controle	<i>Gross fixed capital formation (% of GDP)*</i>	Banco Mundial
Infraestrutura	Controle	<i>Number of telephones per 1000 people</i>	Banco Mundial
Taxa de Juros	Controle	<i>Interest Rate</i>	Banco Mundial
Abertura	Controle	<i>Trade (% of GDP)</i>	Banco Mundial
Força de Trabalho	Controle	<i>Total Population*</i>	Banco Mundial
Crescimento do PIB	Controle	<i>GDP growth</i>	Banco Mundial
Doações de Recursos	Controle	<i>Arable Land Ratio to Total Land</i>	Banco Mundial
Qualidade das Instituições	Controle	<i>Bureaucracy Quality</i>	<i>International Country Risk Guide (ICRG)</i>

Quadro 1 – Variáveis do estudo

Fonte: própria pesquisa

*Variáveis em logaritmo natural

4 | RESULTADOS

Antes de proceder as análises foram realizados testes de correlação e de normalidade. A maioria das correlações foram fracas e apenas duas relações foram moderadas, o que sugere uma baixa associação entre as variáveis. Em relação à normalidade (TABELA 1), todos os quatro testes realizados refutaram a hipótese nula de normalidade multivariada (considerando que os valores de $\text{Prob} > \chi^2$ foram menores que 0,01). O teste de normalidade univariada também refutou as suposições de ausência de assimetria, curtose e de distribuição normal. Os testes foram feitos a partir do comando *mvtest normality* do programa STATA, com a opção *all*.

Mardia mSkewness	=	475,83	chi2(364)	=	95.281,638	Prob>chi2	=	0.0000
Mardia mKurtosis	=	750,37	chi2(1)	=	3.02e+05	Prob>chi2	=	0.0000
Henze-Zirkler	=	3,54	chi2(1)	=	1.22e+05	Prob>chi2	=	0.0000
Doornik-Hansen			chi2(24)	=	2.16e+05	Prob>chi2	=	0.0000

Tabela 1 - Testes de Normalidade multivariada

Fonte: própria pesquisa

Portanto, diante desses resultados, não foi necessário realizar intervenções na base de dados. Em seguida foi realizado o Teste de Hausman, utilizado para a escolha entre efeito fixo ou efeito variável, na qual indicou que o melhor modelo a ser utilizado é o efeito fixo (Prob>chi2 = 0.0067).

A análise descritiva das variáveis, exibida na Tabela 2, mostra que os países analisados no estudo tiveram uma grande variação em relação ao recebimento de Investimento Estrangeiro Direto. Assim como o IED, a maioria das demais variáveis também tiveram uma variação elevada. No caso das variáveis de corrupção, a alta variação pode ser explicada pelo fato dos países serem heterogêneos em relação à qualidade dos serviços públicos ofertados, à formulação e implementação de políticas e à estabilidade do sistema político.

Variável	Obs.	Média	Desvio	Mín.	Máx.
Investimento Estrangeiro Direto	2008	1,10	1,21	-6,39	6,11
Controle da Corrupção	2008	0,03	1,05	-1,72	2,47
Corrupção	2008	2,60	1,19	0,00	6,00
Tamanho do Mercado	2008	24,88	1,97	19,85	30,56
Investimento Doméstico	2008	3,08	0,30	0,69	4,06
Infraestrutura	2008	80,73	46,85	0,00	242,77
Taxa de Juros	2008	7,91	38,82	-33,55	1158,03
Abertura	2008	9,93	1,30	2,21	12,00
Força de Trabalho	2008	16,32	1,59	12,57	21,04
Crescimento do PIB	2008	3,96	5,50	-62,08	123,14
Doações de Recursos	2008	15,52	14,16	0,08	63,40
Qualidade das Instituições	2008	2,19	1,11	0,00	4,00

Tabela 2 - Estatística descritiva

Fonte: própria pesquisa

Na Tabela 3 tem-se resultados do teste de Dados em Painel com efeito fixo. Nesse caso, os coeficientes do modelo sugerido se mostraram adequados para análises (Prob > F = 0.0000), já que são diferentes de zero. Inicialmente realizou-se um teste incluindo

todas as variáveis, incluindo as duas variáveis independentes de corrupção, contudo, os resultados não foram estatisticamente significantes. Em seguida, foram realizados mais dois testes separando cada variável independente. O modelo com a variável Controle da Corrupção não se mostrou adequado. Então, o modelo exibido na Tabela 3 foi o único que apresentou resultado estatisticamente significativo de uma variável de corrupção afetando o IED.

De acordo com o resultado apresentado, a corrupção tem uma relação inversamente proporcional com o Investimento Estrangeiro Direto. Portanto, tem-se evidência de que um ambiente com baixa corrupção pode estimular o fluxo de IED e isso porque os países que recebem o investimento não são escolhidos aleatoriamente e a corrupção pode ser um fator preponderante para essa escolha (BARASSI; ZHOU, 2012). O resultado encontrado nessa pesquisa vai ao encontro das conclusões de outros estudos sobre o tema (WEI, 2000; VITTAL, 2001; WEITZEL; BERNS, 2006; BARASSI; ZHOU, 2012).

Em relação às variáveis de controle, o investimento doméstico mostrou-se complementar ao recebimento de IED, corroborando com o que já tinha sido encontrado na literatura (MOOSA; CARDAK, 2006; MENGISTU; ADHIKARY, 2019). Assim, o IED pode desempenhar um papel complementar com o investimento doméstico, trabalhando em conjunto com empresas locais na forma de *joint ventures*, pois seria muito mais fácil compartilhar custos e complementar a lacuna de habilidades gerenciais que está ausente em muitos países em desenvolvimento. Portanto, presume-se que quanto mais o capital doméstico floresce em um país, mais o capital internacional flui (MENGISTU; ADHIKARY, 2019).

Investimento Estrangeiro Direto	Coef.	Std. Err.
Corrupção***	0,137	0,072
Tamanho do Mercado	-0,030	0,099
Investimento Doméstico*	1,074	0,211
Infraestrutura	0,002	0,002
Taxa de Juros*	0,002	0,000
Abertura	0,038	0,060
Força de Trabalho**	-0,226	0,112
Crescimento do PIB*	0,031	0,008
Doações de Recursos	0,004	0,007
Qualidade das Instituições	-0,029	0,124
_cons	1,326	1,224

Tabela 3 – Resultados do Dados em Painel

Fonte: própria pesquisa

*, ** e *** indicam níveis de significância a 1%, 5% e 10%, respectivamente

Outra variável que apresentou nível de significância estatisticamente válido foi a taxa de juros. Nesse caso, as baixas taxas de juros praticadas por alguns países proporcionam margens de juros estreitas e menores custos de capital e são uma das principais razões oferecidas por bancos para explicar suas operações no exterior, particularmente em países emergentes, onde as margens tendem a ser muito maiores (HERRERO; SIMÓN, 2003).

A força de trabalho, medida pela população total, apresentou relação inversamente proporcional com o IED. Esse resultado é contraditório com o que a literatura apresenta (AZIZ; MAKKAWI, 2012; MENGISTU; ADHIKARY, 2019). Uma possível explicação para esse fato é que países com populações maiores podem ter dificuldades em receber investimentos estrangeiros se não tiverem ou tiverem um número insuficiente de universidades e instituições técnicas necessárias para o desenvolvimento de uma força de trabalho altamente qualificada (AZIZ; MAKKAWI, 2012).

O crescimento do PIB se mostrou como uma variável impulsionadora de IED. Uma taxa de crescimento estável do PIB representa a solidez e a estabilidade das políticas econômicas e a eficácia das instituições governamentais, procuradas principalmente nas transações internacionais (MENGISTU; ADHIKARY, 2019). Além disso, uma alta taxa de crescimento do PIB mede a capacidade de compra de um país e também pode indicar o quão bem os consumidores estão em um país, o que pode ser um atrativo para empresas estrangeiras que desejam se instalar no país (GLOBERMAN; SHAPIRO, 2003).

51 CONCLUSÕES

O desempenho econômico de um país ao longo do tempo pode ser determinado em grande parte por seu ambiente político, institucional e jurídico (OCDE 2001). Já se sabe que o Investimento Estrangeiro Direto (IED) promove o crescimento do país anfitrião e que o ambiente de governança do país anfitrião afeta os investidores nacionais e estrangeiros (MENGISTU; ADHIKARY, 2019). Este estudo utilizou algumas variáveis na tentativa de relacionar corrupção com o IED, contudo, apenas algumas delas se mostraram significantes para o modelo proposto.

Embora alguns estudos já tivessem relacionado algumas variáveis com o IED, essa pesquisa tentou agregar outras variáveis que ainda não haviam sido analisadas. Uma das tentativas foi a utilização de mais de uma variável de corrupção (*control of corruption e corruption*) para tentar reforçar a relação delas com o IED.

Esta pesquisa traz importantes contribuições para a teoria da administração, em especial à gestão estratégica. Primeiramente, melhora a compreensão acerca dos fatores que influenciam o Investimento Estrangeiro Direto, incluindo novas variáveis pouco estudadas (como a qualidade institucional). Como contribuição empírica, o estudo desenvolveu uma base de dados que envolveu a compilação de diversas fontes de dados.

Como limitações, o modelo apresentado foi desbalanceado, em virtude de alguns

missing values, que não foram tratados por estarem abaixo de 10% do total de observações. Além disso, os indicadores de corrupção são medidas de percepção e, apesar de serem amplamente utilizados em pesquisas acadêmicas, podem estar sujeitos a distorções. Estudos futuros poderiam tentar detalhar a relação entre população e IED, analisando características específicas da população, como o percentual de profissionais qualificados.

Em relação à prática, os formuladores de políticas devem ter consciência de que o ambiente político é um fator crucial para o fluxo de IED e as políticas devem ser estruturadas adequadamente para atender aos requisitos básicos da atração de investimentos e, portanto, do crescimento econômico em geral. Nesse sentido, ações que promovam o combate à corrupção são decisivas não só para a manutenção da estabilidade política, mas também para uma maior atração de IED para os países.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon. Unbundling institutions. *Journal of political Economy*, v. 113, n. 5, p. 949-995, 2005.

ADHIKARY, Bishnu Kumar; MENGISTU, Alemu Aye. Factors influencing foreign direct investment (FDI) in “South” and “Southeast” Asian economies. *The Journal of World Investment and Trade*, v. 9, n. 5, p. 427-437, 2008.

AMAL, Mohamed; SEABRA, Fernando. Determinantes do Investimento Direto Externo (IDE) na América Latina: uma Perspectiva Institucional. *Economia*, v. 8, n. 2, p. 231-247, 2007

ANG, James B. Determinants of foreign direct investment in Malaysia. *Journal of policy modeling*, v. 30, n. 1, p. 185-189, 2008.

AZIZ, Omar Ghazy. Institutional quality and FDI inflows in Arab economies. *Finance Research Letters*, v. 25, p. 111-123, 2018.

AZIZ, Abdul; MAKKAWI, Bilal. Relationship between foreign direct investment and country population. *International Journal of Business and Management*, v. 7, n. 8, p. 63-70, 2012.

BARASSI, Marco R.; ZHOU, Ying. The effect of corruption on FDI: A parametric and non-parametric analysis. *European Journal of Political Economy*, v. 28, n. 3, p. 302-312, 2012.

BHATTARAI, Keshab. FDI and Growth. *Advances in management and applied economics*, v. 6, n. 2, 2016.

BOUCHOUCHA, Najeh; YAHYAOU, Ismahen. Foreign direct Investment and economic growth: The role of the governance. *Economics Bulletin*, v. 39, n. 4, p. 2711-2725, 2019.

BREI, Zani Andrade. Corrupção: dificuldades para definição e para um consenso. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.30, p.64-77, jan/fev. 1996.

CANNING, D.; BENNATHAN, E.. The social rate of return to infrastructure investments. *World Bank Policy Research Working paper*, 2000.

CHAKRABARTI, Avik. The determinants of foreign direct investments: Sensitivity analyses of cross-country regressions. *kyklos*, v. 54, n. 1, p. 89-114, 2001.

COOTER, Robert Dandridge. O Problema da Desconfiança Recíproca. *The Latin American and Caribbean Journal of Legal Studies*, v. 1, n. 1, p. 01-19, 2006.

DAUDE, C.; STEIN, E. The quality of institutions and foreign direct investment. *Economics and Politics*, v. 19, n. 3, p. 317-344, 2007.

DUNNING, John H. Perspectives on international business research: a professional autobiography fifty years researching and teaching international business. *Journal of International Business Studies*, v. 33, n. 4, p. 817-835, 2002.

DUNNING, John H.; LUNDAN, Sarianna M. *Multinational enterprises and the global economy*. Edward Elgar Publishing, 2008.

DUTTA, Nabamita; SOBEL, Russell. Does corruption ever help entrepreneurship?. *Small Business Economics*, v. 47, n. 1, p. 179-199, 2016.

FAN, J.; MORCK, R.; XU, L.C.; YEUNG, B.. Does 'good government' draw foreign capital? Explaining China's exceptional foreign direct investment Inflow. *World Bank Policy Research Working Paper*, 4206, 2007.

FILGUEIRAS, F. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. *Opinião Pública*, Campinas, v. 15, n. 2, p.386-421, 2009.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. *The World Economic Forum is the international organization for public-private cooperation*. Disponível em: <<https://www.weforum.org/about/world-economic-forum>>. Acesso em: 12 abril 2020.

FURTADO, Lucas Rocha. *As raízes da corrupção: estudos de caos e lições para no futuro*. 2012. 499 f. 2015. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade de Salamanca, Salamanca, 2012.

GRAY, Cheryl; KAUFMANN, Daniel. Corruption and Development. *Finance and Development*, v. 35, n. 1, p. 7–10, 1998.

GHEBRIHIWET, Nahom; MOTCHENKOVA, Evgenia. Relationship between FDI, foreign ownership restrictions, and technology transfer in the resources sector: A derivation approach. *Resources Policy*, v. 52, p. 320-326, 2017.

GLOBERMAN, Steven; SHAPIRO, Daniel. Governance infrastructure and US foreign direct investment. *Journal of International Business Studies*, v. 34, n. 1, p. 19-39, 2003.

HERRERO, Alicia García; SIMÓN, Daniel Navia. *Determinants and impact of financial sector FDI to emerging economies: a home country's perspective*. Banco de España, Servicio de Estudios, 2003.

IAMSIRARAJ, Sasi. The foreign direct investment–economic growth nexus. *International Review of Economics & Finance*, v. 42, p. 116-133, 2016.

KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart; MASTRUZZI, Massimo. Governance matters III: governance indicators 1996, 1998, 2000 and 2002, *The World Bank Economic Review*, v. 18, n. 2, p. 253-287, 2004.

MAURO, Paolo. *The effects of corruption on growth, investment, and government expenditure*. International Monetary Fund, 1996.

MENGISTU, Alemu Aye; ADHIKARY, Bishnu Kumar. Does good governance matter for FDI inflows? Evidence from Asian economies. *Asia Pacific business review*, v. 17, n. 3, p. 281-299, 2011.

MISHRA, Anil; DALY, Kevin. Effect of quality of institutions on outward foreign direct investment. *The Journal of International Trade & Economic Development*, v. 16, n. 2, p. 231-244, 2007.

MOOSA, Imad A.; CARDAK, Buly A. The determinants of foreign direct investment: An extreme bounds analysis. *Journal of Multinational Financial Management*, v. 16, n. 2, p. 199-211, 2006.

MUDAMBI, Ram; NAVARRA, Pietro. Institutions and International Business: a theoretical Overview. *International Business Review*, v. 11, p. 635-646, 2002.

NONNENBERG, Marcelo José Braga; MENDONCA, Mario Jorge Cardoso. *The Determinants of Direct Foreign Investment in Developing Countries* (January 2004). Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=525462> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.525462>

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *The well-being of nations: The role of human and social capital*. OECD Publishing, 2001.

PAPAGEORGIADIS, Nikolaos; McDONALD, Frank; WANG, Chengang; KONARAD, Palitha. The characteristics of intellectual property rights regimes: How formal and informal institutions affect outward FDI location. *International Business Review*, v. 29, n. 1, p. 101620, 2020.

PEZZI, Janete; TRICHES, Divanildo. As empresas transnacionais e os investimentos estrangeiros diretos: uma análise comparativa entre os países selecionados a partir dos anos 1990. *Perspectiva Econômica*, v. 5, n. 1, p. 24-48, 2009.

RAMIREZ, Miguel D. Economic and institutional determinants of foreign direct investment in Chile: A time-series analysis, 1960-2001. *Contemporary Economic Policy*, v. 24, n. 3, p. 459, 2006.

RIBEIRO, Renato J. B. Possibilidades de combate à corrupção pelo estado burocrático/patrimonialista na América Latina em um contexto de cenário de sociedade informacional. *Revista do TCU*, Brasília, v. 32, n. 88, abr/jun, p. 75-85, 2001.

ROSE-ACKERMAN, Susan. *Corruption and Government: Causes, Consequences and Reform*. Cambridge: University Press, 1999.

_____. A Economia Política da Corrupção. In: ELLIOTT, Kimberly Ann (Org.). *A Corrupção e a Economia Global*. Brasília: Universidade de Brasília, p. 59-96, 2002.

_____. *International Handbook on the Economics of Corruption*. Massachusetts: Edward Elgar, 2006.

SACHS, Jeffrey D.; McARTHUR, John W.; SCHMIDT-TRAUB, Guido; KRUK, Margaret; BAHADUR, Chandrika; FAYE, Michael; McCORD, Gordon. Ending Africa's poverty trap. *Brookings papers on economic activity*, v. 2004, n. 1, p. 117-240, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon. *Coesão social, democracia e corrupção*. São Paulo: iFHC/CIEPLAN, 2008.

SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. Politicians and firms. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 109, n. 4, p. 995-1025, 1994.

SIDDIQUI, Hira Aijaz Ahmed; AUMEBOONSUKE, Visarach. Role of interest rate in attracting the FDI: Study on ASEAN 5 economy. *International Journal of Technical Research and Applications*, v. 2, n. 3, p. 59-70, 2014.

SIN, Chor-Yiu; LEUNG, Wing-Fai. Impacts of FDI liberalization on investment inflows. *Applied Economics Letters*, v. 8, n. 4, p. 253-256, 2001.

SORNARAJAH, M. *The International Law of Foreign Investment*. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

ŠUŠTERŠIČ, Tina Golob; KEJŽAR, Katja Zajc. The role of skilled migrant workers in FDI-related technology transfer. *Review of World Economics*, v. 156, n. 1, p. 103-132, 2020.

SVENSSON, Jakob. Eight questions about corruption. *The Journal of Economic Perspectives*, v. 19, n. 3, p. 19-42, 2005.

TEIXEIRA, Alberto. *Guia da Cidadania para a transparência – prevenção contra a corrupção*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006.

TIAN, Yuan. Optimal policy for attracting FDI: Investment cost subsidy versus tax rate reduction. *International Review of Economics & Finance*, v. 53, p. 151-159, 2018.

UNCTAD. *Occasional note Outward FDI from Brazil: Poised to take off?* 2004. Disponível em: <https://unctad.org/en/docs/webiteiia200416_en.pdf>. Acesso em: 22 mar 2020.

VIND, Ingeborg. Transnational companies as a source of skill upgrading: The electronics industry in Ho Chi Minh City. *Geoforum*, v. 39, n. 3, p. 1480-1493, 2008.

VITTAL, Nagarajan. Corruption and the State. *Harvard International Review*, v. 23, n. 3, p. 20, 2001.

WEBER, Luiz Alberto. *Capital social e corrupção política nos municípios brasileiros: o poder do associativismo*. 2006. 120 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

WEI, Shang-Jin. How taxing is corruption on international investors?. *Review of economics and statistics*, v. 82, n. 1, p. 1-11, 2000.

WEITZEL, Utz; BERNS, Sjors. Cross-border takeovers, corruption, and related aspects of governance. *Journal of International Business Studies*, v. 37, n. 6, p. 786-806, 2006.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adoecimento 6, 95, 97, 98, 99, 103

Aeropostos 6, 106, 107, 108, 117, 118, 119, 121

Agroindústria açúcar e álcool 255

Ambiente Físico 287, 289, 293, 295

Ambiente Organizacional 6, 37, 58, 60, 64, 66, 364

Análise de custos 239

Aprendizagem Organizacional 6, 73, 74, 75, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 93, 94

B

Bibliometria 19, 20, 21, 150, 154

C

Comportamento Organizacional 6, 1, 2, 3, 4, 6, 10, 11, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 35, 57, 80

Compra 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 170, 203, 213, 214, 234, 270, 271, 272, 274, 275, 278, 282, 284, 290, 291, 299, 302, 303, 307, 308, 312, 313, 333, 339, 352, 353, 354, 355, 400, 405

Comunicação 6, 4, 20, 34, 58, 59, 60, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 90, 104, 138, 139, 181, 204, 206, 241, 284, 285, 291, 347, 357, 359, 361, 364, 367, 391, 392, 407

Contêiner 122, 126

Corrupção 8, 27, 144, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238

Cultura 6, 2, 4, 6, 18, 22, 25, 26, 34, 42, 61, 65, 66, 73, 74, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 121, 138, 181, 286, 292, 299, 310, 357, 360, 364, 408

D

Desempenho 7, 1, 3, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 19, 28, 37, 39, 40, 41, 49, 50, 55, 62, 63, 64, 72, 76, 78, 80, 81, 83, 84, 85, 91, 98, 107, 108, 109, 111, 117, 119, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 137, 146, 150, 151, 152, 153, 156, 160, 161, 176, 177, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 197, 198, 204, 212, 234, 268, 269, 273, 275, 315, 323, 325, 326, 360, 361, 364, 366, 393, 402, 404, 407

E

E-Commerce 165, 167, 168, 175

Eficiência Operacional 122, 124, 126, 127, 128, 129, 188

E-Fulfillment 174, 175

EPGEO 22, 23, 24, 29, 30, 31, 33, 34

Escolaridade 29, 31, 45, 106, 114, 115, 118, 255, 257, 264, 266, 267

Estilo 6, 15, 73, 74, 77, 78, 79, 82, 86, 89, 90, 91, 289, 306, 307, 308

Estratégia 2, 5, 94, 133, 143, 146, 174, 315, 327, 357

Ética 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 34, 35, 105, 292, 304

Experiência de Consumo 287, 289, 291, 301

F

Ferramenta 20, 30, 40, 43, 44, 146, 148, 176, 177, 178, 179, 181, 205, 224, 276, 291, 326, 358, 362, 366, 395, 402, 405

Ferramentas Financeiras 201, 202, 203, 204, 205, 206

Financeiro 7, 30, 125, 134, 143, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 197, 198, 199, 202, 205, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 217, 219, 220, 221, 222, 228, 315, 323, 325, 329, 331, 333, 335, 338, 402

G

Gerenciamento de Custos 202, 203, 206

Gestão Financeira 8, 201, 202, 203, 204, 205, 206

Grupo 1, 3, 4, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 18, 25, 29, 75, 77, 78, 79, 84, 95, 96, 101, 107, 108, 111, 128, 129, 130, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 208, 211, 252, 267, 276, 277, 278, 284, 286, 288, 291, 312, 405

I

Indivíduo 1, 7, 8, 10, 16, 18, 25, 26, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 48, 49, 50, 51, 52, 57, 96, 98, 104, 106, 112, 118, 204, 276, 289, 291, 292, 298, 311, 394

Inteligência Emocional 6, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 71, 72

Investimento 8, 27, 151, 191, 203, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 307, 316, 357

L

Liderança 6, 4, 6, 7, 9, 13, 15, 16, 18, 28, 45, 51, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 81, 82, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 109, 121, 186, 255, 363, 364, 367

Logística Integrada 7, 165, 166, 168, 169, 170

M

Marcas Regionais 9, 270, 271, 272, 274, 275, 278, 281, 284, 286

Motivação 4, 15, 26, 37, 38, 41, 56, 58, 61, 62, 66, 74, 78, 101, 103, 108, 139, 310, 364

N

Novo Luxo 287, 288, 289, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 299

O

Oportunidades de Melhoria 202, 203

Ovinocultura 239, 241, 242, 245

P

Países 4, 123, 129, 184, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 237, 269, 311, 343, 344, 345

Percepção 6, 9, 4, 22, 23, 24, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 40, 42, 82, 86, 95, 97, 99, 103, 111, 112, 114, 115, 187, 224, 228, 235, 270, 271, 272, 274, 275, 277, 278, 281, 286, 287, 306, 307, 311

Perfil 8, 29, 30, 31, 45, 63, 65, 128, 147, 148, 165, 204, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222

Prazer 41, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 275, 291, 292, 293, 295, 297

Presbíteros 6, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105

Processos 2, 4, 5, 7, 9, 10, 71, 76, 78, 80, 81, 82, 93, 96, 118, 125, 133, 134, 136, 143, 144, 145, 146, 152, 162, 165, 166, 168, 170, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 203, 206, 239, 271, 274, 333, 339, 344, 349, 354, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 366, 367, 391, 392, 398, 399, 401, 404

Psicodinâmica do Trabalho 6, 95, 96, 98, 103, 104, 105

R

Regulação 40, 41, 47, 48, 54, 95, 98, 99, 102, 103

Remuneração 49, 212, 213, 227, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 267, 303, 304, 310, 364, 366

Risco 3, 79, 106, 107, 111, 114, 117, 118, 119, 137, 139, 156, 168, 185, 186, 188, 190, 192, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 217, 218, 220, 221, 225, 323, 335, 344

Rotina 126, 176, 177, 178

S

Sistema 1, 3, 11, 14, 15, 18, 29, 31, 32, 34, 62, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 116, 118, 119, 130, 135, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 168, 170, 204, 228, 229, 232, 241, 242, 246, 269, 306, 307, 310, 312, 313, 329, 340, 341, 342, 343, 345, 346, 355

Sofrimento 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105

Startups 7, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 161, 162, 407

T

Teoria dos stakeholders 185, 186, 188, 197, 198

Trabalho 6, 8, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 19, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 64, 67, 68, 69, 71, 76, 79, 83, 84, 85, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 116, 117, 118, 119, 141, 142, 143, 146, 150, 152, 153, 156, 160, 161, 162, 165, 166, 173, 176, 178, 179, 180, 181, 190, 201, 204, 208, 209, 210, 220, 221, 223, 224, 228, 230, 231, 234, 239, 242, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 263, 264, 267, 268, 269, 272, 278, 285, 293, 298, 299, 303, 304, 306, 307, 309, 310, 311, 318, 335, 343, 350, 351, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 364, 365, 366, 389, 390, 405

ADMINISTRAÇÃO:

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

ADMINISTRAÇÃO:

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021